

**MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANÇA 33.802 DISTRITO  
FEDERAL**

**RELATOR** : **MIN. DIAS TOFFOLI**  
**IMPTE.(S)** : **ESTADO DE RONDÔNIA E OUTRO(A/S)**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**IMPDO.(A/S)** : **RELATOR DO PROCESSO Nº**  
00022050720152000000 **DO CONSELHO**  
NACIONAL DE JUSTIÇA  
**PROC.(A/S)(ES)** : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

**DECISÃO:**

Vistos.

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado pelo Estado de Rondônia em litisconsórcio ativo com o Tribunal de Justiça de Rondônia, em face do CNJ, visando obter a suspensão:

“da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça, desautorizando, via de consequência, o afastamento do magistrado RENATO BONIFÁCIO DE MELO DIAS para participação, no ano de 2016, pelo período de dois meses, em Mestrado Internacional em Direito Comparado, na Cumberland School of Law - Samford University”.

Aduzem os impetrantes que, nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 0002205-07.2015.2.00.0000, instaurado por provocação do juiz de direito Renato Bonifácio de Melo Dias, contra ato do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJRO, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ julgou favoravelmente o pleito do magistrado, concedendo-lhe:

“o afastamento no período entre 23/05/2015 a 31/07/2015, como também nos dois meses do ano de 2016, para participação em Mestrado Internacional em Direito Comparado, pela Cumberland School Of Law - Samford University, pertencente às Universidades de Samford (EUA) e Cambridge (Inglaterra)”.

Asseveram que “*diante do detalhamento mais preciso do que a realização do curso implicaria em termos de afastamento do magistrado de suas atribuições funcionais, o Tribunal constatou que seria danoso ao interesse público, à estabilidade do sistema penitenciário; enfim, à própria Justiça, a outorga de autorização para afastamento do magistrado*” (fl. 07 do documento eletrônico nº 02).

Alegam que o CNJ teria exorbitado da competência que lhe é conferida pelo art. 103-B, § 4º, inciso II, da Constituição Federal, bem como teria violado a autonomia assegurada aos tribunais locais, pois, ao decidir quanto ao afastamento do magistrado, adentrou no mérito administrativo da decisão do TJRO, para tutelar “*interesse individual do magistrado, em detrimento daquilo que o Tribunal de Justiça, no exercício de sua autonomia, proclamou ser o mais oportuno e conveniente ao interesse público*” (fl. 08 do doc. eletrônico nº 02).

Pleiteiam a concessão de medida liminar para suspender os efeitos da decisão do CNJ, sustentando a existência de **fumus boni iuris**, em razão da ausência de qualquer ilegalidade ou imoralidade no ato que negou autorização para que o magistrado se afastasse de suas atividades funcionais para participar de curso de mestrado.

Defendem a presença de **periculum in mora** ao argumento de que:

“(...) a decisão impetrada autorizou, previamente, tanto o afastamento do magistrado no período de junho a julho do ano em curso, quanto em data futura e incerta do próximo exercício, pelo período de dois (02) meses.

Obviamente, parte da decisão do CNJ encontra-se consumada, tornando-se prejudicada para os fins da liminar, pois o magistrado já assistiu às aulas presenciais previstas para este ano de 2015 e já retornou para as suas atividades judicantes.

Quanto a próxima etapa do curso com aulas presenciais, entretanto, prevista para qualquer data do próximo ano (pelo período de dois meses), faz-se necessária a outorga de provimento liminar, a ordem de revogar a autorização prévia concedida pelo CNJ, tanto pelo fato de que existe elevado grau

de possibilidade que o mérito deste mandado de segurança não seja julgado antes da realização daquela etapa do curso, como em razão de que o Tribunal não pode, no interesse de um único magistrado, mobilizar-se para promover substituição de magistrado em data incerta, em Vara tão complexa como a das execuções penais.” (fl. 09 – doc. eletrônico nº 02)

Por fim, requerem a concessão da segurança em caráter definitivo, confirmando a liminar postulada, cassando o ato impugnado.

É o relatório do necessário. Decido.

Na análise prefacial que cabe neste instante processual, tenho que não é de se conceder a medida cautelar pleiteada.

Com efeito, observo inexistir o alegado perigo da demora, tendo em vista que, conforme afirmam os próprios impetrantes, “o magistrado já assistiu às aulas presenciais previstas para este ano de 2015 e já retornou para suas atividades judicantes” (fl. 09 - doc. eletrônico nº 02), e a segunda etapa de aulas presenciais do mestrado está prevista somente para o ano de 2016, em período ainda incerto.

Não restaram, em análise prefacial, demonstradas os alegados riscos de dano ao interesse público, à estabilidade do sistema penitenciário e à própria Justiça, uma vez que, existem regras legais estabelecidas para as eventuais ausências de magistrados, sejam quais forem as varas que ocupem, não se podendo pressupor como um risco insuperável a ausência de quaisquer desses profissionais, titulares ou não.

O contexto fático subjacente à impetração, portanto, não evidencia a necessidade de se conceder a medida pleiteada.

**Por todo exposto, indefiro a medida liminar requerida**, sem prejuízo de reapreciação, quando definida a data do curso, com possibilidade de melhor análise das alegadas dificuldades do Tribunal de Justiça em suprir a ausência do magistrado titular da Vara de Execuções Penais em questão.

Notifique-se a autoridade impetrada para que preste as informações no prazo da lei.

Após, dê-se vista dos autos à d. PGR, para manifestação de estilo.

**MS 33802 MC / DF**

Ciência à Advocacia-Geral da União, na forma da lei.  
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 9 de outubro de 2015.

Ministro **DIAS TOFFOLI**  
Relator  
*Documento assinado digitalmente*